

Superavit de abril não influi no desembolso do FMI ao país

Consuelo Dieguez

BRASÍLIA — O superavit da balança comercial de US\$ 1,9 bilhão em abril não irá influenciar no volume de recursos a ser liberado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) ao Brasil este ano, segundo garantiu o chefe da missão do FMI, Thomas Reichmann. Havia temores do governo brasileiro de que, em função deste bom resultado, o fundo pudesse reduzir os desembolsos a serem feitos ao país, por considerar que o Brasil estivesse com mais recursos em caixa.

“A balança comercial teve um excelente desempenho, mas o montante de recursos a ser liberado ao Brasil independe deste resultado. Eu acho que o efeito mais imediato deste bom comportamento da balança comercial será o de permitir que o país aumente suas importações de bens de capital”, disse Reichmann.

Já a decisão da Constituinte de tabelar os juros em 12% ao ano, que causou tanto furor entre os empresários, não provocou o mesmo abalo no ortodoxo Fundo Monetário Internacional (FMI). Thomas Reichmann, desde a semana passada no país, garantiu que a decisão da Constituinte não irá atrapalhar as negociações do FMI com o governo brasileiro e, conformato, disse que a economia tem que se adaptar às regras estabelecidas pelo Congresso.

Constituinte — “A Constituinte é soberana e o FMI não pode

Brasília — Gilberto Alves/16.05.88



Reichmann: FMI realista

deixar de se sujeitar às suas decisões” — afirmou Reichmann, explicando que o Fundo trabalha levando em consideração a realidade do país.

A missão do FMI passou o fim de semana trabalhando nos dados já fornecidos pelo governo brasileiro sobre a economia e analisando a viabilidade do cumprimento das metas apresentadas no programa econômico do governo. Reichmann não quis fazer uma avaliação dos dados que recebeu até agora, explicando que estas informações somente serão transmitidas à diretoria do FMI.

As negociações efetivas com o governo brasileiro ainda não começaram pois, segundo Reichmann, a missão ainda está em fase de coleta dos dados. Ele não soube definir uma data para o retorno a Washington, mas adiantou que a missão só deixa o país levando a carta de intenções do governo brasileiro para o *board* do FMI.

Explicou também que ainda não foi definido o montante de recursos que o Fundo poderá liberar para o país este ano e que esta questão somente será decidida após o levantamento de todos os dados sobre a economia.

Pontos indefinidos — O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, comunicou ao comitê assessor dos bancos credores, na sexta-feira, que os dois principais negociadores da dívida externa brasileira — o secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, e o diretor da Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas — só retornam a Nova Iorque se os credores chegarem a um consenso sobre os pontos indefinidos na negociação.

O ministro comunicou aos credores que o Brasil somente reiniciará as negociações se houver definição sobre a vinculação ou não dos desembolsos a um acordo com o FMI e também sobre a cláusula de arresto das reservas brasileiras. Os credores ainda têm que definir dois outros pontos: a capitalização dos juros e a data-base da repartição do empréstimo. Alguns bancos defendem que o empréstimo seja feito proporcionalmente ao volume de recursos que tinham no Brasil em 83 e outros bancos querem que seja proporcionalmente aos recursos atuais.